

Processo () Parte () Advogado ()

Número ?

Único

Antigo

Execução

CDA

0031101-23.2020.8.17.2001

Consultar

▼ 1º GRAU - Eletrônico

()

0031101-23.2020.8.17.2001

Orgão Julgador

Seção B da 16ª Vara Cível da Capital

Classe CNJ

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Assunto(s) CNJ

Acidente de Trânsito.

Partes

Exibir todas

Exibindo 5

AUTOR

PATRICIO ANTONIO SILVA DO NASCIMENTO

ADVOGADO(A)

PAULO ANTONIO COELHO CASTOR

RÉU

ARUANA SEGUROS S.A.

RÉU

SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA

ADVOGADO(A)

RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO

Movimentações

Exibir todas

Exibindo 5 últimas

24/05/2022 17:24

Arquivado Definitivamente

24/05/2022 17:24

Expedição de Certidão.

23/03/2022 18:17

Expedição de intimação.

11/02/2022 13:18

Concedida a Assistência Judiciária Gratuita a parte

(Clique para expandir) ... ta e três reais, e setenta e cinco centavos). Como alegado pela própria parte autora em sua inicial, esta já recebeu administrativamente o valor de R\$ 4.218,75 (quatro mil, duzentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), valor que é superior ao que lhe é de direito pelo laudo de quantificação feito na perícia, não havendo que se falar em complementação da indenização pretendida. Diante das razões acima,JULGO IMPROCEDENTE, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil e demais legislações pertinentes, o pedido inaugural. Com base no artigo 85, §2º, do CPC, condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa; por tratar-se de beneficiária da justiça gratuita, determino que tal decisão seja cumprida nos termos do art. 98, §3º, do CPC. Após o trânsito em julgado, archive-se com a devida baixa. INTIMEM-SE. Recife, data da autenticação eletrônica. Fernando Jorge Ribeiro Raposo Juiz de Direito LA

11/02/2022 13:18

Julgado improcedente o pedido

(Clique para expandir) ... ta e três reais, e setenta e cinco centavos). Como alegado pela própria parte autora em sua inicial, esta já recebeu administrativamente o valor de R\$ 4.218,75 (quatro mil, duzentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), valor que é superior ao que lhe é de direito pelo laudo de quantificação feito na perícia, não havendo que se falar em complementação da indenização pretendida. Diante das razões acima,JULGO IMPROCEDENTE, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil e demais legislações pertinentes, o pedido inaugural. Com base no artigo 85, §2º, do CPC, condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa; por tratar-se de beneficiária da justiça gratuita, determino que tal decisão seja cumprida nos termos do art. 98, §3º, do CPC. Após o trânsito em julgado, archive-se com a devida baixa. INTIMEM-SE. Recife, data da autenticação eletrônica. Fernando Jorge Ribeiro Raposo Juiz de Direito LA

Audiências

Clique AQUI (<https://www.tjpe.jus.br/audiencias>) para visualizar as audiências digitais gravadas para este processo.